

Regiões e totalidades nos textos de críticos portugueses sobre escritos de história do Brasil (1942-1968)



Mapa de Lopo Homem Reinéis (detalhe). 1519.

Elio Cantalicio Serpa

Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Pesquisador do CNPq. Coorganizador, entre outros livros, de *Narrativas da modernidade: história, memória e literatura*. Uberlândia: Edufu, 2011. ecserpa@gmail.com

Ancelmo Schorner

Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em História pela UFSC. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Centro-Oeste do Paraná (Unicentro-Irati). Autor, entre outros livros, de *Paranaenses em movimento: trajetórias e travessias migratórias* (1980-2000). Guarapuava: Unicentro, 2009. ancelmo.schorner13@gmail.com

José Adilçon Campigoto

Mestre e doutor em História pela UFSC. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Centro-Oeste do Paraná (Unicentro-Irati). Autor, entre outros livros, de *O MST em Santa Catarina: narrativa de um trabalhador rural*. Blumenau: Edifurb, 2006. ja.cam.pi@hotmail.com

Regiões e totalidades nos textos de críticos portugueses sobre escritos de história do Brasil (1942-1968)

Regions and totalities in Portuguese critics on texts on the history of Brazil (1942-1968)

*Elio Cantalicio Serpa, Ancelmo Schorner
e José Adilçon Campigoto*

RESUMO

O pressuposto certoniano básico utilizado na produção deste artigo consiste na tese de que o relato organiza o espaço. Trata-se, pois, de um estudo para discutir a relação entre mapa e percurso, região e lugar, controle e desvio, e de pensar a prática da crítica, deslocando o conceito de espaço para a noção de região. A intelectualidade portuguesa ligada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra produziu quantidade considerável de textos em forma de crítica ou resenha, entre 1942 e 1968. Destaca-se o conjunto de análises e descrições a respeito de obras escritas por intelectuais brasileiros, material publicado nas páginas da revista *Brasília* e selecionado como objeto da discussão aqui efetuada. Nos primeiros anos de sua existência, esse periódico deu visibilidade, na secção destinada às críticas, à parte da produção intelectual brasileira resultante das comemorações do “Duplo Centenário”. Tais críticas demonstram como os critérios utilizados organizam lugares e constituem regiões.

PALAVRAS-CHAVE: região; produção intelectual ; Portugal-Brasil.

ABSTRACT

The basic assumption for this article is that narratives organize spaces. Thus, this study discusses the relationship between maps and route, region and place, control and diversion, and reflects on critique by shifting the concept of space onto the notion of region. The Portuguese intelligentsia associated with the Language School of Coimbra University between 1942 and 1968 produced a considerable amount of critic texts. There is an outstanding set of analyses and descriptions of work by Brazilian authors, articles published in the *Brasília* magazine, which are discussed here. In its early years, the magazine disseminated, in its critic section, Brazilian intellectual production from the “Double Centenary” celebrations. Such critiques show how the criteria used organize places and constitute regions.

KEYWORDS: region; intellectual production; Portugal-Brazil.



A metáfora certoniana a respeito dos transportes coletivos, em certa medida, nos inspirou a escrever este artigo, uma vez que a noção de espaço construído e em construção, ou a arte da cartografia, pode ser aplicada num terreno um tanto mais abstrato do que a prática narrativa. Michel de Certeau escreveu que os relatos poderiam ter o nome de metáforas (μηταφοραι), ou seja, transportes coletivos, porque “todo dia, eles atravessam e organizam

lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frase e itinerários. São percursos e espaços”.¹ Trata-se de proposição bem conhecida e não menos utilizada para fundamentar bons trabalhos investigativos em diversas áreas do conhecimento e, também, ensinar outras reflexões. Esse é, igualmente, um ensaio de ponderações devido ao deslocamento, nem sempre divisado, a que a conjectura do lugar em construção nos conduz.

A primeira derivação importante nos parece consistir no fato de que, tradicionalmente, a metodologia ‘contextualista’ de interpretação de textos e acontecimentos implica a regra de que, o entendimento verdadeiro somente se efetua quando o contexto – o “lugar” a partir do qual se produz o fenômeno² – é levado em consideração. No âmbito da produção do conhecimento histórico, diga-se de passagem, tal artifício é flagrante. Alguns historiadores, inclusive, adotam a perspectiva de que o contexto social, político, econômico e cultural equivaleria ao conceito de lugar. De maneira legítima, mas em dissonância referencial, fundamentam-se, o mais das vezes, nos pressupostos certonianos.³

O fundamento da proposição metodológica (esta que nivela contexto e lugar) consiste no princípio filosófico/epistemológico (kantiano) de que o espaço é uma das categorias *a priori* do pensamento, ou seja, um dado metafísico. Desse ponto de vista, caso seja adotado como pressuposto, qualquer fenômeno tal como uma narrativa, mesmo considerado como *factum* (coisa feita, produzida) seria organizado no interior de um espaço qualquer e, somente teria significado, em vinculação com o ambiente em que foi produzido. De Certeau propôs certa inversão, mesmo estabelecendo, claramente, a distinção entre lugar e espaço. Indicou a possibilidade, por ele demonstrada, de que o relato organiza o lugar. A tese ‘certoniana’ de que a descrição do acontecido arranja o ambiente parece um pouco extravagante porque, de agora em diante, o pensado – ou o dito (a narrativa) – determinaria o vivido.

Argumentativamente, no entanto, a proposta ‘certoniana’ não pode ser sustentada como ‘deslize do ofício’ para algum campo em que os fenômenos históricos sejam tratados como episódios fossilizados, sempre estáveis e imutáveis. A perspectiva temporal – o aspecto da mutação – pode ser considerada como evidência flagrante quando o autor da *Invenção do cotidiano* escreveu, e usamos para ilustrar, que “as estruturas narrativas têm valor de sintaxes espaciais. Como toda uma panóplia de códigos, de comportamentos ordenados e controles, elas regulam as mudanças de espaço (ou circulações) efetuadas pelos relatos sob a forma de lugares postos em séries lineares e entrelaçadas [...]”.⁴ Essa perspectiva implica admitir que, pelo menos, em certa medida, o movimento de elaboração dos sentidos das coisas, também, incide sobre o espaço (e sobre o tempo, é claro). Ora, se o espaço é construído, os contextos históricos (espaço/temporais) também o são. Não é mais tranquilo pensar, como era trivial há pouco, que os espaços condicionam os relatos, mas sim que os relatos organizam espaços. Até aqui, suspeitamos, pouca é a novidade.

Como, acertadamente, escreveu Wagner Geminiano dos Santos, tudo começa porque “um mapa pode estar definido, mas o trajeto, o percurso, a viagem a se fazer será sempre uma incógnita a depender das ocasiões aproveitadas, dos instantes experimentados e do inapelável do que devém. Assim, novas espacialidades são fundadas a cada instante, a cada passo dado”.⁵

Este artigo apresenta-se como um estudo para discutir a relação entre mapa e percurso, região e lugar, controle e desvio. Não se trata somente de

¹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 199

² Qualquer coisa que possa ser interpretada, seja texto, seja imagem, seja acontecimento...

³ Consideramos como válida tal aplicação do instrumental ‘certoniano’ mas descartamos, como demonstraremos, a equiparação entre lugar e contexto.

⁴ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, p. 200.

⁵ SANTO, Wagner Geminiano. Michel de Certeau: um exercício de pensamento e a possibilidade de novas artes de pensar a historiografia. 2010. Disponível em <<http://experimentoshistoriograficos.blogspot.com.br/2012/01/michel-de-certeau-um-exercicio-de.html>>. Acesso em 20 maio 2013.

⁶ Cf. CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, p. 201.

⁷ *Idem, ibídem.*

⁸ Um lugar não tem, necessariamente, fronteiras e isso o diferencia de região segundo nossa proposta.

⁹ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, p. 201 e 202.

¹⁰ PERLATTO, Fernando. História e geografia: um diálogo necessário. 2010. Disponível em <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/03/artigo-1a3.pdf>>, p. 4. Acesso em 21 maio 2013.

¹¹ BRAUDEL, Fernand. *História e ciência social*. Lisboa: Presença, 1990, p. 9.

referir-se a uma semântica do espaço, nem de discutir uma psicolinguística da percepção, nem mesmo de discutir a sociolinguística da descrição de lugares, ou uma fenomenologia dos comportamentos organizadores de territórios, nem ainda de discutir uma etnologia dos índices de localização na conversa ou uma semiótica da cultura como uma meta linguagem espacial.⁶ Trata-se de pensar que relatos e críticas constituem regiões.

Michel de Certeau escreveu que suas pesquisas pertenciam a certo “tempo segundo” da análise, tempo que passa das estruturas às ações e esclareceu o seguinte: “nesse conjunto muito amplo vou considerar apenas ações narrativas”.⁷ Fechamos as aspas para dizer que o autor discutiu, longamente, os conceitos de lugar. Nós, nesse texto, nos atreveremos a pensar a prática da crítica e, além disso, a deslocar o conceito de espaço para a noção de região. Cabe então esclarecer, muito sumariamente, que consideramos região como espaço/tempo construído/praticado e, por isso, com fronteiras móveis e que pode abranger vários lugares.⁸

Como disse Certeau,

Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidades e a variação do tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (...). Diversamente do lugar, não tem, portanto, nem a univocidade nem a estabilidade de um ‘próprio’. Em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres.⁹

A discussão sobre espaço e lugar facilmente tem avançado para o campo dito da geografia, sendo reforçada tal perspectiva no âmbito da historiografia a partir de algumas hipóteses quase consolidadas. Entre elas a de que Lucien Febvre teria julgado a geografia ‘lablachiana’ como um saber essencial ao historiador. Diremos que os vínculos, geralmente estabelecidos entre o determinismo geográfico e a noção de região são, em sua maioria, discutíveis e problemáticos. Basta pensar que o conceito de região é aplicável comumente, fora do campo das ciências.

Na mesma ótica ‘geografizante’ ou ‘interdisciplinarizante’, afirma-se, usualmente, que a segunda geração de ‘Annales’, na figura de Fernand Braudel, teria adotado o conhecimento geográfico como o aliado fundamental para a produção do saber histórico. Argumenta-se, em função dessa leitura, que “o espaço, para Braudel, explica diversos aspectos das civilizações e a geografia torna-se instrumento fundamental para a compreensão de uma sociedade”.¹⁰

Tal interpretação faz sentido, mas argumentaremos que somente assim é para aqueles intérpretes que concebem o espaço na perspectiva, puramente geográfica, o que, evidentemente, não seria o caso de Braudel. É possível que tais sujeitos não levem em conta a idéia de que a grandeza física do comprimento, sobejamente utilizável para medir o espaço, pelo menos o de uma só dimensão, ou seja, excluindo-se a área e o volume, é uma propriedade aplicável, também, ao tempo. Foi, pensamos nós, o que esclareceu Braudel a partir da ‘lógica da permanência’, quando escreveu a respeito da

*utilidade da história, ou melhor, da dialéctica da duração, tal e qual se desprende do ofício e da reiterada observação do historiador; para nós, nada há de mais importante, no centro da realidade social, que esta viva e íntima oposição, infinitamente repetida, entre o instante e o tempo lento no decorrer. Quer se trate do passado quer se trate da actualidade, torna-se indispensável uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social para uma metodologia comum das ciências do homem.*¹¹

Consideremos, pois, que os termos ‘longo’ e ‘curto’ são atributos do comprimento, essa grandeza física por meio da qual se expressa qualquer distância entre dois pontos, comumente no espaço, mas, também, no tempo. É a perspectiva da história da dialéctica entre o instante (curto) e o vivido por gerações (longo) que faz emergir o espaço no tempo, intervalo que pode ser avaliado como breve (limitado), médio (intermediário) ou extenso (dilatado). A estrutura temporal ‘annaliste’ foi, digamos, descerrada por meio da reflexão ‘braudeliana’, mas devemos lembrar que fora utilizada e, sobejamente, muito antes de Braudel.

Podemos, em função disso, aventar a hipótese de que os temas da ‘geografia na história’ ou da ‘interdisciplinaridade entre estas duas áreas’ emergiram em função de justificativas e consensos pós-factuais. Vale, para este artigo, a constatação de que a partir de *Histoire et sciences sociales, la longue durée*, publicado em 1985, estava realizada a demonstração de que a produção do conhecimento histórico, seja em forma de arte, seja sob o modo da ciência, geralmente, reúne as categoria do tempo e do espaço num mesmo quadro. Dizemos produção do saber histórico, mas poderíamos falar em perspectiva temporal, e que, para nós, será considerada, ao modo ‘certoniano’, simples, mas muito mais amplamente, como narrativa, crítica, comentário e assim por diante.

Michel de Certeau, a nosso ver, compreendeu e levou adiante a reflexão acima exposta. Em *A invenção do cotidiano*, escreveu que “todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço”.¹² Ficava esclarecido, desde então, que todos nós praticamos espaços sempre que fazemos relatos. A região, para nós é mais que um espaço porque, na perspectiva da história contempla o tempo. Assim, é lugar e instante, praticado e vivido.

A intelectualidade portuguesa, ligada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, produziu quantidade considerável de textos em forma de crítica ou resenha, entre o ano de 1942 e o de 1968. Destaca-se o conjunto de análises e descrições a respeito de obras escritas por intelectuais brasileiros, material publicado nas páginas da revista *Brasília* e agora, selecionado como objeto da discussão efetuada no presente artigo. Nossa atenção se prenderá à crítica da história ali contida, especialmente, estará vinculada aos juízos relativos à arena política, concebida em acordo com Jacques Rancière. Para este filósofo francês, a “ação que se ocupa do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e a qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo” define-se como política.¹³ Pensaremos, então, neste espaço como perspectiva, assistência, percurso e observação.

O intelectual português Mário de Figueiredo estabelecia fronteiras ao informar, numa nota introdutória escrita no ano de 1942, que a revista *Brasília* surgiu a partir da expectativa demarcada por alguns pensadores. Tratava-se de um grupo motivado a fazer com que Portugal e Brasil “se projetassem para o futuro [um] através do outro”¹⁴ e “que pudessem se rever e buscar fontes de energia no mesmo passado”.¹⁵ Tais eram, por

¹² CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, p. 201.

¹³ RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005, p. 17.

¹⁴ FIGUEIREDO, Mário de. Apresentação. *Brasília*, Coimbra, UC, 1942, p. 3.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y metodo*. 5. ed. Salamanca: Sígueme, 1992, p. 145.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 143.

exemplo, as palavras ditas por esse amigo de António de Oliveira Salazar, o professor Figueiredo. O docente argumenta, na mesma nota, da necessidade de que os dois países se cotejassem ao ponto “de que cada um veja o outro nos próprios olhos”.¹⁶

Esta figura do ‘olho no olho’ nos permite considerar que a revista *Brasília*, de algum modo, pode ser tomada como um dos lugares de onde portugueses observaram o Brasil para refletir. Permite-nos, igualmente, fazer algumas ponderações a respeito de certas competências investigativas, autoridades evocadas em função da ‘tradição cultural’ característica da Universidade de Coimbra, bem como, de seu corpo de intelectuais. Consideraremos tudo isso como um ‘jogo’ de olhares no fazer interpretativo, mas, antes, delineemos a noção de jogo.

Conceitualmente, o jogo pode ser uma forma de representar-se a si mesmo, pois jogar significa representar. Segue que representação é coisa feita para alguém, mesmo que este ‘alguém’ seja o sujeito que representa ou promove-a. O ato de ‘representar para alguma pessoa’ é o aspecto mais peculiar do caráter lúdico da arte, como diz Hans-Georg Gadamer.¹⁷ Então, resulta que todo espectador, também, faz parte do jogo, mesmo quando está somente a assistir. Em outras palavras, uma platéia não observa uma peleja para ver os jogadores quebrarem os acordos e as instruções próprias do certame. Um conjunto de espectadores, também não se detém frente a uma disputa visando presenciar a pura encenação do cumprimento de certa porção de regras.

Partiremos do princípio de que numa partida, com platéia, os espectadores visam apreciar o jogador, sendo tomados pelo jogo, pelo conjunto das regras e pela dinâmica da ‘jogatina’. A adoção de tal pressuposto implica a aceitação da tese de que o “jogador é jogado e de que o espectador é tomado pelo jogo”.¹⁸ A intelectualidade portuguesa anteriormente mencionada será, aqui, tratada como grupo que faz parte de uma aposta numa jogada que suscita alguns pontos a discutir, como segue. Averiguaremos os sujeitos praticando as regiões e sendo constituídos por elas.

Então, para além das condições de emergência dessas críticas e resenhas, indagaremos as relações que podem ser estabelecidas nos espaços previamente construídos e as posições ostentadas por esses intelectuais portugueses. Pensamos que a vinculação destes dois produtos (a escrita portuguesa e a os sentidos já históricos das regiões) poderá resultar num esboço do sentido a partir do qual se prescrevia, através das críticas, o “ideal” na relação Brasil/Portugal. O estabelecimento de tais relações, pressupomos, pode desvelar os possíveis afinamentos políticos, ou as disjunções, entre brasileiros e portugueses, presentes nessas críticas. Então, umas palavras a respeito da revista.

Brasília era uma publicação do Instituto de Estudos Brasileiros, órgão vinculado à Universidade de Coimbra. A publicação iniciou em 1942, como o objetivo de manter e estimular as relações culturais entre Brasil e Portugal. Os primeiros volumes contaram com o apoio do Instituto para a Alta Cultura e com a contribuição do Secretariado da Propaganda Nacional. As duas instituições eram vinculadas ao governo autoritário salazarista. Posteriormente, a Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, subvencionou a produção de alguns volumes, prática que perdurou até o ano de 1968.

Nessa primeira aproximação, podemos dizer que, desde os primeiros volumes até o publicado no ano de 1950, os editores e os autores estive-

ram, fundamentalmente, preocupados com a questão da Língua, com o tema da Literatura, assim com o mote da História. Antes de prosseguir, convém alertar, que os escritos não se limitaram a esses assuntos, mas o apontamento destes tópicos tem sido relevante. Justifica, por exemplo, o fato de a *Brasília* ser considerada como revista de cunho acadêmico e institucional¹⁹ e, igualmente, ser avaliada como veículo de comunicação destinado a público específico.

Nesse artigo, contudo, pretendemos perspectivá-la como fonte donde se constroem como num jogo de olhares, os ambientes ou regiões de sentido configuradas a partir dos saberes ali veiculados. Consideremos, por exemplo, uma das secções que abriga artigos acerca do Brasil e de Portugal. Ali, temos relatos alusivos a viagens de estudos realizadas por brasileiros em visitas a Portugal, bem como, relatórios a respeito de missões de pesquisa desenvolvidas por estudantes portugueses, visitantes da Universidade de São Paulo. Há outra secção contendo documentos atinentes ao passado histórico brasileiro e, mais uma, composta por discursos de visitantes brasileiros à Universidade de Coimbra. Além destas, uma parte em que se difundem relatos e artigos escritos a respeito de comemorações e homenagens. A última seção, como se mencionou anteriormente, destina-se à publicação de críticas ou resenhas sobre a produção intelectual brasileira e, também, portuguesa.

Ainda convém dizer, a respeito do estudo aqui desenvolvido, que a totalidade das críticas mencionadas anteriormente, não será contemplada devido à necessidade de ‘racionalização e ordenamento’ da fonte. Cortamos alguns elementos relacionados a certas leituras (teóricas ou não), operação que resultou na tessitura de outras narrativas não apresentadas aqui. Nesse movimento, objetivamos a compreensão dos sentidos diferenciados atribuídos aos lugares e as utilizações da noção de região.

O destaque direcionado aos espaços produzidos nestes documentos não vem denegar o pressuposto de que os intelectuais portugueses e brasileiros, aqui tratados, estavam imersos numa cultura política. Isso implica que os procedimentos interpretativos contextuais tão comuns ao campo da historiografia, estão postos, relativamente, em suspenso aqui. Por conseguinte, a noção de ‘cultura política’ emerge como ponto a ser dimensionado, pois tomamos as críticas ou resenhas como ‘coisa política’, no sentido dado à escrita, por Jacques Rancière. Este indica que, em decorrência do “ato de escrever ser uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido” e, ainda, do fato de que “seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a ‘alegorizar’ essa constituição”.²⁰

Rancière esclarece algumas dessas noções. Constituição estética significa a partilha do sensível que dá forma à comunidade. Partilha, por sua vez, exprime duas (situ) ações: a participação em um conjunto comum qualquer e, inversamente, a separação e a distribuição dos quinhões.²¹

As críticas feitas à produção intelectual brasileira por parte da intelectualidade portuguesa podem, assim, ser categorizadas como cartografias e, a elas, podemos acrescentar o adjetivo cognitivo, tal como o faz o antropólogo espanhol Jesús Martín-Barbeiro.²² Assim, consideraremos tais críticas como da tipologia híbrida, por mesclarem aspectos cognitivos e sentimentais. Serão cognitivas porque, algumas vezes, apelam para critérios científicos relacionados à área da História. Serão sentimentais porque a idéia de uma nação forte e poderosa transfere, para ‘a pena dos intelectuais portugueses’, sentimentos de pertença a um passado glorioso e que



¹⁹ MARTINS, Ana Luiza. *Revista em revistas: imprensa e práticas culturais em tempos de república – 1890-1922*. São Paulo: Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001.

²⁰ RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 7.

²¹ *Idem*.

²² MARTÍN-BARBEIRO, Jesús. *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Loyola, 2004.

²³ Cf. PAULO, Heloísa. Os tempos das trocas. In: LESSA, Carlos (org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 281.

²⁴ Sobre a Sala do Brasil e, posteriormente, o Instituto de Estudos Brasileiros, ver GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras, dois estudos de caso. In: *Afinidades atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

²⁵ REIS, José Alberto. Crítica. *Brasília*, Coimbra, UC, 1942, p. 829.

justificam manifestações de louvor e de amor. As escritas dos brasileiros aderem e se desviam destes parâmetros. Nesse âmbito, desenvolve-se a produção de regiões como recurso de fazer-se compreendido na escrita.

As cartografias delineiam, prescrevem percursos inovadores ou não, ‘embalados pelos redemoinhos políticos e culturais’, dando visibilidade às tensões, adesões, ambigüidades e desvios. Podemos dizer que constituem regiões. As críticas e resenhas são escrituras que emergiram a partir de outras leituras e, mais especificamente, tratam de assuntos relacionados a intensidades culturais e políticas comuns aos dois países. Por hipótese, os cartógrafos (críticos) pouco ou nada se despojaram de valores nacionalistas e colonialistas e os ‘cartografados embalarão os sonhos’ da unidade/disjunção. Na forma do jogo, haviam lugares demarcados e entrepostos a serem conquistados e reconhecidos de ambos os lados.

Certos grupos estavam em clima de festa em Portugal, no ano de 1942, isto é, dois anos antes do surgimento da revista *Brasília*. Comemorava-se, então, o “Duplo Centenário” do País: o da Fundação (1140) e o da Restauração (1640). Para esses eventos, definiram-se algumas estratégias de demonstração, ao mundo lusófono, de pressuposta herança das colônias e das ex-colônias em relação à saga da metrópole. Tal legado seria considerado como dívida para com as origens, a contar desde o descobrimento.

Festejos foram realizados por todo o Brasil. Executou-se um ‘turbilhão de ações’ demarcando-se o que poderemos chamar de região das comemorações de 1940.²³ O Estado Novo brasileiro ‘participou’ dessas celebrações de diversas maneiras. Via Departamento de Imprensa e Propaganda do governo autoritário de Getúlio Vargas, por exemplo, numa Exposição de Livros, exibiram-se obras referentes ao Brasil. E, parte do acervo bibliográfico produzido para ditas comemorações foi doada à Sala Brasil, recinto localizado nas dependências da Faculdade de Letras, na Universidade de Coimbra. Essa mesma sala foi, posteriormente, abrigou o Instituto de Estudos Brasileiros (IBE), setor responsável pela publicação da revista *Brasília*.²⁴ Uma das tarefas do IBE consistia em avaliar a produção doada, naquela ocasião e, também, as demais que fossem enviadas em seguida.

Cartografias regionais: de Portugal e do Brasil

No ‘olhar clínico da intelectualidade portuguesa’, delimita-se o campo do saber, enquanto se verbalizam os desvios da ‘ex-colônia’ em relação à tradição ‘metropolitana’. Uma dessas regiões refere-se à organização judiciária do Estado brasileiro.

Os editores de *Brasília* publicaram uma crítica ao livro intitulado como *O Estado Nacional*, de Francisco Campos. A apreciação feita por José Alberto dos Reis é enfática na demonstração das evidências da tradição jurídico-portuguesa no Brasil, análise publicada no *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, denotando atenção significativa para com a área do Direito. Nesse diagnóstico, o Brasil teria sido tributário, por séculos, da visão centralizada do Estado a partir da qual o Portugal salazarista pautou suas ações. Segundo José Alberto dos Reis, os Códigos de Processo Civil de Portugal e do Brasil são contemporâneos. O de Portugal foi promulgado em 28 de maio de 1939.

O texto de Francisco Campos, *Exposição de motivos do Projeto do Código de Processo Civil*, não fez referência ao código português, o que se apresenta

como algo a ser pontuado. Nas tensões próprias das relações entre Brasil e Portugal, nas quais esse esperava daquele o reconhecimento de seu papel de gerador da nação brasileira, seria fundamental admitir (reconhecer?) que a ‘mãe pátria’ havia engendrado suas leis com anterioridade.

Simbolicamente, estaria ratificado o ‘lugar de origem’, pois a citação do Código Português, no Brasil, demonstraria a partilha de afinidades, destacadamente no espaço do jurídico, acentuando o peso da ‘tradição comum’. A ‘consangüinidade’ jurídica se daria pela ampliação da região de origem, na forma de território comum.

João Alberto dos Reis externou o sentimento ou a percepção do ‘desvio de rota’ brasileiro, do ‘percurso irregular ou inesperado’ registrando que “o ilustre autor do Código, ao justificar as suas reformas, invoca sistematicamente a autoridade dos ‘publicistas’ norte-americanos; é para Taft, Elihu Root, Roscoe Pound, Suderland e, sobretudo, Willughby, que os seus olhos se voltam, a cada passo, confiados e satisfeitos”.²⁵

O crítico fez, também, certas alegações a respeito da autoria, pois parece não duvidar de que o código brasileiro, em alguns segmentos, foi inspirado no projeto português e pela reforma feita em Portugal, no ano de 1926. Francisco Campos destacara os “publicistas norte-americanos”, citando-os largamente na justificativa para a elaboração do Código de Processo Civil brasileiro e, ao referir-se ao país ibérico, argumenta que “Portugal, que nos legou o processo tradicional, já o repudiou desde 1926, para adotar o sistema da oralidade concentrada”.²⁶ Não faz referência ao Código português de 1939.

Assim, prevaleceu certa inquietação diante de fato desse representante da ex-colônia não haver reconhecido a autoridade metropolitana no campo do Direito. Isso poderia significar a reconfiguração da região colonial, por meio do enfraquecimento da notoriedade portuguesa perante seus domínios, então controladas pelo Acto Colonial de 1930.

O crítico e escritor Duarte de Montalverde, pseudônimo de José Veridiano Pina Martins, analisou artigo escrito por António Picarollo, intitulado *História das Doutrinas Políticas*. O texto fora publicado na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Essa justificativa de Francisco Campos, dita ‘de olhar enviesado’, seria considerada como problema de escrita da história. Montalverde, então, argumenta que: “uma das qualidades imprescindíveis ao autêntico historiador, das doutrinas sociais, da literatura ou dos fatos políticos, é, não há que negar, a isenção de juízos críticos, a imparcialidade, a honestidade, numa palavra. É esta uma virtude de caráter moral, necessária para que o historiador possua inconcussa autoridade, como se faz mister. Faltando ela, tudo se afundará”.²⁷

O crítico português usava o argumento da imparcialidade, produzindo enunciados que davam o veredicto do certo e do errado. De forma geral, recorria-se ao saber a respeito do duvidoso, do mal feito, do bem elaborado e do inconsistente, nesse caso, em produções nas quais são evocadas ou não as nacionalidades comuns e identidades comprometidas pelo passado. Duarte de Montalverde avaliou o conteúdo da Revista do Arquivo Municipal, material publicado pelo Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo. Destacou “o seu riquíssimo conteúdo”, declarando-se satisfeito por tomar ciência de que, no Brasil, a divulgação das idéias doutrinárias, no âmbito da jurisprudência e da história, entre outras áreas, “é uma realidade eloqüente”. Escreve que tal realidade “se afigura, ao nosso orgulho de portugueses, velhos arautos da colonização brasileira”. Recorre aos escritos

²⁶ CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 181.

²⁷ MONTALVERDE, Duarte. *Crítica*. Brasília, Coimbra, UC, 1946, p. 938.

²⁸ MONTALVERDE, Duarte, *op. cit.*, p. 952.

²⁹ CARVALHO, Joaquim de. *Crítica. Brasília*, Coimbra, UC, 1942, p. 773 e 774.

³⁰ CARVALHO, Joaquim de, *op. cit.*, p. 776.

³¹ *Idem.*

de Stefan Zweig, registrando que “a fórmula – Brasil, País do Futuro – será mais certa e densa de significado histórico, postulada por estoutra fórmula: Brasil, Portugal do passado”.²⁸ O crítico português jogou com a temporalidade (futuro e passado), colocando o Brasil em ambos os tempos. Atirou o Portugal do passado naquele tempo ‘presente do Brasil’, de forma que, por força lógica, o Portugal do tempo que era presente tornou-se o que viria a ser o Brasil. Dessa forma, o termo, por assim dizer, vago ‘país do futuro’ adquire ‘precisão’ política: a nação porvindoura está festejando ‘séculos de história’. Trata-se de uma espécie de contradição temporal atenuada por meio da sobreposição de duas regiões geograficamente separadas por um oceano: Portugal e Brasil.

Em comemoração à história centenária publicou-se, no Brasil, um dos livros daquele que se tem considerado como o representante máximo da literatura barroca peninsular, D. Francisco Manuel de Mello. A obra recebeu o título de *Tácito português: vida e morte, dittos e feytos de El-rei Dom João IV*. Tratava-se de um volume com introdução, informações e notas de Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon.

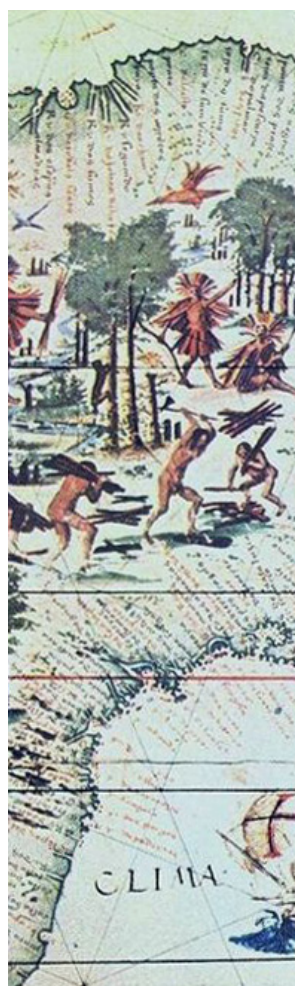
O crítico Joaquim de Carvalho, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, examinou a publicação, elogiando a iniciativa brasileira, mas questionou o comentário feito por Afrânio Peixoto sobre o título que fora escolhido para o livro. Afrânio Peixoto destacava o seguinte na introdução da versão brasileira: “*Tácito português* diz logo de um livro de História que não pode ser publicado, na ocasião. Tácito, com efeito, falou para o futuro [...]. Não que Dom Francisco se vingasse de D. João IV. Mas a história, com ser verdadeira, por isso mesmo, não pode ser logo publicada, se não for vã apologia. Dom Francisco depõe de fatos reais, que seriam inconvenientes no tempo, porém indispensáveis, depois, ao conhecimento”.²⁹

O crítico Joaquim de Carvalho registrou como a explicação de Afrânio Peixoto para o título *Tácito português* é “assaz sutil e engenhosa para poder ser exata”. Os comentários de Afrânio obrigaram o crítico a consultar o amigo Álvaro da Costa Pimpão, cuja postura foi a de que a explicação poderia estar nos “Apólogos dialogais” e, então, Joaquim de Carvalho concluiu: “e na verdade, assim é”. A solução foi encontrada no livro *Hospital das letras*, no “Colóquio sobre a história e a arte de escrever”, no qual D. Francisco de Melo põe na boca de Justo Lipsio uma fala que é a justificativa teórica do *Tácito português*:

*historiógrafos que as impregnam na escritura de uma só ação, como se disséssemos a vida de um príncipe, o sucesso de uma guerra, a relação de movimentos e a transferência de uma república, a estes tais afirmo ser lícito e obrigatório salpicar de sentenças, observações e juízos a sua história, porém com tal siso e mesura, que não seja o esmalte mais que o ouro, pena degenerarem de historiadores a discursantes.*³⁰

Conclui então o crítico:

*Deste admirável passo resulta claramente que o método de Tácito Português é consciente e meditado, isto é, funda-se em razões de preferência e de exclusão, notadamente do de Tito Lívio e, conseqüentemente, pode supor-se que o título encontraria a explicação na imitação do método de Tácito, o que requer do historiador que entreponha seu juízo quando refere às ações e sobre elas levante discursos, como não sejam alheios ou prolixos.*³¹



E Joaquim de Carvalho encerra sua crítica observando que a razão do título foi dada pelo próprio autor do *Tácito português*, trazendo diálogos em que D. Francisco Manuel de Mello cita Monsieur de Ceriziers como fonte de sua inspiração.³² Entretanto, o crítico não tem certeza. Ao encerrar a crítica, registra que “é bem provável que o nosso polígrafo tivesse colhido na floresta de *Tacite François* a sugestão de algumas de suas tão diletas digressões, mas, se assim foi, fê-lo tão ao de leve e tão dissimuladamente que não deixou vestígios”.³³

Interessante notar como Joaquim de Carvalho olhou com estranhamento as observações de Afrânio Peixoto acerca do que chamou de “método de Tácito português” porque, certamente, duvidar daquilo que a história diz sobre personagens importantes do passado português e, acima de tudo, aventar a hipótese de que nem tudo foi dito devido aos rigores políticos do tempo em que foi produzido seria, possivelmente, trazer essa mesma possibilidade, considerada como “falsificadora”, para o tempo presente. Admitir tal probabilidade implicaria a corrupção do escopo da História enquanto lugar de produção de verdade, enquanto região de cultivo da veracidade como se advogava por meio do estatuto normativo jurídico do Estado Novo. Tal concepção da disciplina era expressa na legislação referente à Academia Portuguesa de História, que propunha, entre outras coisas, a “definição da verdade no interesse nacional”.³⁴

Essa conformação regional da produção de efeitos de verdade em Portugal implicou, poder-se-ia dizer, certa estatização da história e das artes. A criação da Academia Portuguesa da História, onde atuavam intelectuais brasileiros tais como Oliveira Viana, Afrânio Peixoto e Pedro Calmon, entre outros, pode ser considerada como consequência de tal política. Foi criada no ano de 1936, época em que Salazar, enquanto governante máximo, juntamente com António Ferro, proponente da ‘política do espírito’, conceberam as condições para dizer aos intelectuais o que deveria e o que não deveria ser dito sobre a escrita da História de Portugal e da ex-colônia. Aliás, António de Oliveira Salazar, por ocasião das comemorações de 28 de maio (a academia fora criada em 19 de maio), em 1936, evidenciou o entendimento e a função da História ao afirmar: “Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procuramos restituir o confronto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.”³⁵

A história é colocada na ‘região das grandes certezas’, espaço delimitado pela religião, pela nação, pela lei, pelo costume e pelo comprometimento. Naquele espaço assim constituído, as almas encontram-se íntegras. O discurso histórico duvidoso e sem rigor, nem seria considerado como propriamente histórico, mas uma espécie de desvio que provoca a dilaceração, ou seja, a fragmentação. Resulta, então, que a ciência, certeza ampla, possibilita a recomposição do passado, trazendo e evidenciando a contribuição positiva de Portugal para a edificação da nação brasileira como totalidade.

Nos textos publicados durante os primeiros anos de existência da revista *Brasília*, o estabelecimento de vínculos consistentes entre Brasil e Portugal era critério que adentrou à tessitura das críticas. Torquato de Sousa Soares, professor extraordinário da Faculdade de Letras em Coimbra, por exemplo, escreveu crítica ao livro de Afrânio Peixoto intitulado *História do Brasil*. A obra fora lançada em Porto e em Lisboa, no ano de 1940. O docente

³² Cf. CERIZIERS, René. *Le Tacite François avec les reflexions chrestiennes et politique sur la Vie des Róis de Francis*, Paris: s./ed.; 1648.

³³ *Idem, ibidem*, p. 776.

³⁴ Sobre o Estatuto da Academia Portuguesa de História, ver TORREAL, Luís Reis. A história em tempo de ditadura. In: TORREAL, Luís Reis et al. (orgs.). *História da história em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1996, p. 251 e 252.

³⁵ SALAZAR, António de Oliveira. As grandes certezas da Revolução Nacional, 26 de maio de 1936. Discursos, II, 130 *apud idem, ibidem*, p. 241.

³⁶ SOARES, Torquato de Sousa. *Crítica. Brasília*, Coimbra, UC, p. 807.

³⁷ *Idem*.

³⁸ *Idem*.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 809.

⁴⁰ CARVALHO, A. Pinto. *Crítica. Brasília*, Coimbra, UC, 1943, p. 807.

concluiu que “o Brasil é e será sempre português, por mais que as paixões, de momento exacerbadas, nos possam dividir”.³⁶ Afrânio é representado pelo crítico como “o glorioso arauto da unidade espiritual luso brasileira, que com tanta elevação nos soube dar essa certeza indestrutível”.³⁷ As paixões momentâneas, nessa perspectiva, formam regiões no interior da ‘totalidade espiritual’.

O autor da *História do Brasil* é posto na região das certezas por Torquato de Sousa Soares, que ressalta nele o “rigor das deduções, a justeza dos raciocínios, a visão clara e o fato de conseguir aliar o mais puro e mais fiel patriotismo a mais rigorosa objetividade científica”. É apresentado como cientista que destacou “a grande epopéia do primeiro século — epopéia que nós, portugueses, realizamos, dando-nos inteiramente a ela sem pensar em lucros ou em recompensas que, no entanto, não enjeitamos”.³⁸

O livro escrito por Afrânio Peixoto pode ser considerado como um libelo em prol das relações amistosas entre Brasil e Portugal e foi com tal critério que Soares teceu os elogios anteriormente mencionados.

Consideramos que o critério da imparcialidade na escrita da história era, na época, uma espécie de agência alfandegária a regular o acesso à região das ditas certezas irreduzíveis. Mesmo assim, na crítica de Sousa Soares, tal regulamentação fica prejudicada. O crítico julga que, pelo escrito de Afrânio Peixoto, “o Brasil esquece, às vezes, o que custou: o país andava pelos expedientes da miséria, mas ao filho nada faltou para se defender, crescer e prosperar”.

A perspectiva de Sousa Soares era, notadamente, contrária à dos escritores que, no Brasil, faziam críticas ao período colonial, pois o autor enfatizava alguns enunciados de Afrânio Peixoto, tais como o seguinte: “Portugal sempre deu, sem contar, ao Brasil e o Brasil ficava restaurado. Ao ciclo do açúcar sucede o ouro. Enriqueceu Portugal, a corte de D. João V deslumbra a Europa com seu fausto. Mas desse ouro mais da metade ficaria lá, a servir o próprio Brasil. Portugal tendo achado uma colônia, deixou uma nação. Suceda o que suceder, sempre há de ser o Brasil uma herança de Portugal”.³⁹

Uma colônia, politicamente, é uma região sob o domínio de uma Metrópole. Portugal não poderia ter encontrado um protetorado para transformá-lo em nação e, portanto fica evidente que a linguagem utilizada por Afrânio não tem o rigor do ‘território das certezas’; mas fato digno de nota é que Souza Soares, por assim dizer, posiciona-se no ‘mesmo chão’. É o trabalho desses cartógrafos da escrita, na produção das regiões do certo e do duvidoso.

Para Pinto de Carvalho, por exemplo, esta ‘província refratária à dúvida’, no âmbito da produção do conhecimento histórico é acessada por base em fontes documentais. Professor extraordinário da Faculdade de Letras em Coimbra, ele criticou o livro de Pedro Calmon intitulado como *História do Brasil. Primeiro tomo: As origens (1500-1600), Segundo tomo: A formação (1600-1700)*, publicado pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, entre 1939 e 1941, respectivamente. Registrou que esse ensaísta brasileiro, “na sua história, não aduz geralmente documentação inédita, mas, em compensação, sabe aproveitar e interpretar com justo critério os materiais que cronistas e historiadores precedentes lhe ministraram, para finalmente apurar a verdade objetiva dos fatos que narra, abstendo-se por via de regra de comentários pessoais que, mais do que ao historiador, compete aos leitores formularem”.⁴⁰

A ênfase na documentação parece oferecer um efeito de verdade para as configurações regionais esboçadas pelo crítico na seqüência do texto. É a figura de uma imensa região geopolítica que se estende para além do oceano atlântico, como que a englobar a metrópole e o *'Portugal de além mar'*. Com base em seu próprio texto, podemos aventar que Pinto de Carvalho considera-se mais como leitor do que como historiador, ao comentar que "a história do Brasil até a Independência constitui um capítulo, não menos glorioso, da história do Portugal ultramarino [...] se patenteia o esforço colonizador da Metrópole, que através de múltiplas vicissitudes, gerou a grandiosa nação que hoje se chama Brasil".⁴¹

O recurso ao conceito de região permitiu uma espécie de encampação no âmbito da memória por meio da qual a totalidade história portuguesa configura-se como livro em que o Brasil colônia toma a forma de um capítulo. Tópico destacado por Pedro Calmon, pois para Pinto de Carvalho, a ênfase consiste em que "o espírito nativista capaz de independência, de reivindicações inesperadas, de afirmações definitivas, que se afirmara nas lutas contra os holandeses e, porventura mais que qualquer outro elemento, concorrera para a expulsão destes do território. Era o dealbar da consciência do povo brasileiro".⁴²

Esta leitura regionalizada dos acontecimentos deslocava o evento fundador da história da independência do Brasil. Não se trata agora da Inconfidência Mineira, mas da luta contra os holandeses. A torção do 'acontecimento fundador' permitiu-lhe estabelecer a continuidade para uma nova 'regionalidade': Portugal e Brasil como grande unidade cultural.

Essa proposição assentava-se, também, na constante representação do catolicismo como uma espécie de 'entidade geradora' de Portugal e de todos aqueles espaços submetidos à influência cultural lusitana, ou seja, suas colônias e ex-colônias. Podemos dizer que tal afirmação da religião católica era *a priori* de análise, em certas críticas dos portugueses, aqui estudadas. A religião, em conjunto com a língua e os legados político-administrativo era evocada como evidência da contribuição cultural portuguesa para o "mundo que o português criou", constituindo-se uma região de suposta relação "natural" e familiar no interior da qual se encontram o Brasil e Portugal. Os críticos 'cartografaram' esse território referindo-se a enunciados relativos ao catolicismo.

Fernando de Castro Pires de Lima, por exemplo, criticou o livro escrito por Joaquim Ribeiro intitulado *O folclore da restauração*. Era uma publicação da Comissão dos Centenários de Portugal, tendo por lugar o Rio de Janeiro, em 1941. O crítico discordou de certas afirmações feitas por Joaquim Ribeiro referentes à questão da religiosidade peninsular.⁴³ O debate retorna à região das certezas e das coisas duvidosas por Ribeiro ter afirmado que o ideal católico favoreceu "as heresias, as superstições e os sacrilégios". Fernando Castro Pires de Lima rebateu com a seguinte proposição: "Se há ideal que contrarie as práticas supersticiosas, com energia, é precisamente o catolicismo e as suas verdades eternas".⁴⁴ Mas Ribeiro havia escrito que "a ortodoxia gera sempre oposições e rancores".⁴⁵ Então contra argumentou, afirmando que o ideal católico foi a base de união da nação portuguesa e que devido a essa ortodoxia "criou um dos maiores impérios que o mundo tem visto"; assegurou ainda que se o "Brasil é um país grande e próspero"⁴⁶ deve-o exatamente à sua unidade religiosa, legado de Portugal. O crítico conclui o texto dizendo que o livro de Joaquim Ribeiro, 'apesar de ser notável', peca por seu anticatolicismo. Encerra escrevendo que, na relação

⁴¹ *Idem.*

⁴² *Idem.*

⁴³ LIMA, Fernando de Castro Pires. *Crítica. Brasília*, Coimbra, UC, 1943, p. 798.

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 789.

⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 799.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 803.

⁴⁸ ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Crítica. Brasília*, Coimbra, UC, 1961, p. 344.

⁴⁹ *Idem*.

⁵⁰ *Idem*.

entre catolicismo e história política portuguesa “a fé criou o império. Será sempre a fé que há de iluminar Portugal na ladeira da sua história e, se um dia esquecêssemos essa verdade, Portugal deixaria de ser Portugal”.⁴⁷

O império sendo região geopolítica apresenta-se sob a forma de efetiva obra da fé, ou seja, produto da convicção, no caso, a católica. Evidentemente, o domínio português representa uma parte (região) quando a dita obra católica é levada em consideração na sua inteireza. Cabe, portanto, notar que o termo católico (καθολικός) significa geral ou universal, sentido oposto ou, melhor dizendo, subalterno de regional. Assim, a totalidade cultural luso-brasileira representaria uma parcela de um todo maior, o conjunto das nações católicas ou que, nessa perspectiva, se originaram do catolicismo, devido a seu impulso civilizador.

O Brasil, nessas críticas, às vezes, é tomado como figura subordinada. O crítico Luis Ferrand de Almeida analisou o livro dos irmãos Tito Lívio Ferreira e Manuel Rodrigues Ferreira, intitulado *História da Civilização Brasileira, 1500-1822*. O livro fora publicado em São Paulo pela Gráfica Biblos Editora, em 1959. Segundo o posicionamento, “o título desta obra é um pouco enganador”⁴⁸ porque em se tratando do período colonial o que se veria no livro é “um conjunto de estudos de temas diversos, embora estejam ligados pela natureza e pelo espírito com que foram tratados”.⁴⁹ Ora, os autores escreveram a respeito da situação do Brasil em relação a Portugal, das Câmaras Municipais do Brasil Colônia, da legislação eleitoral, da política social de São Paulo e do urbanismo no Brasil império. Tito Lívio Ferreira elaborou uma proposta de divisão para a História do Brasil.

Luis Ferrand de Almeida destacou a tese de Tito Lívio Ferreira de que o Brasil não teria sido colônia de Portugal. O historiador paulista afirmava que, com base em citações e comentários de diversas fontes (desde o século XVI) “somos levados a concluir que nunca, nos documentos oficiais e na linguagem corrente, se deu à terra de Santa Cruz a designação de colônia”.⁵⁰ Isso significava argumentar que o tratamento empregado pela metrópole não se caracterizava regionalização do Brasil

Tito Lívio escrevera demonstrando que somente no século XIX ter-se-ia vulgarizado o uso do qualificativo ‘colônia’ ao Brasil. Nessa linha de argumentos, as fontes antigas não dariam suporte para se falar do Brasil como uma região colonizada, mas sim de povoamento, ou terra ocupada por povoadores. Até mesmo o nome “brasileiro” não teria sido empregado no ‘Brasil Província’, de 1500 a 1822, para designar a pessoa natural da ‘América Portuguesa’; para designar a naturalidade dessas pessoas usava-se o adjetivo “brasiliense” e a expressão “portuguesa” para marcar a nacionalidade. Como se nota, o relato historiográfico feito por Tito Lívio Ferreira ‘organiza lugares; ele os selecionam e os reúne num só conjunto’. Neste caso, o arranjo se dá por meio de um percurso por meio de fontes diversas relativas, inclusive, ao século XVI. Trata-se, agora, de um trajeto na perspectiva cronológica do qual resultam “frases e itinerários” refeitos (consumidos) pelos críticos (especializados) e outros leitores. A América Portuguesa mais que um lugar – pressupomos – constituiu-se na forma de região imperial lusitana. Mesmo sob o argumento de Tito Lívio, de que esta região não era tratada, denominada, referida, designada, alcunhada nem apelidada como colônia, ou seja, domínio, e sim como povoamento, estava ali o qualificativo por via das dúvidas.

Tratava-se de povoamento dito português, mas esse autor da *História da Civilização Brasileira* considerava que a ausência de nomeação caracterís-

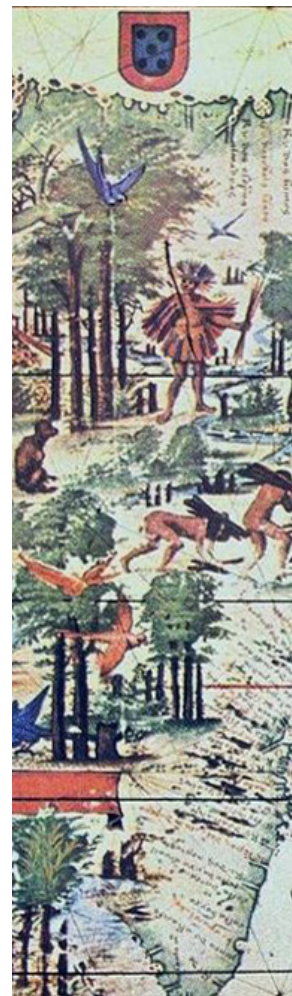
tica, falta detectada por ele nas fontes consultadas, forneceria motivo suficiente para estabelecer um 'território das certezas' no âmbito da história do Brasil. Argumentou que "a atual divisão da História do Brasil não obedece ao espírito científico", e propôs a seguinte divisão: Primórdios (até 1500), Formação (1500-1815), Constituição (1808-1906) e Recomposição (desde 1905), para excluir, segundo o autor, a rigidez anticientífica da tripartição: Colônia, Império e República. Devemos notar que a proposta assenta-se na sugestão elaborada por João Camilo de Oliveira Torres, mas acrescenta o período Primórdios, o qual contemplaria o mergulho nas raízes históricas da Lusitânia.⁵¹

A narrativa, visto que organiza lugares, também constitui regiões (na perspectiva da temporalidade), pois se trata de certo espaço (ambiente) de tempo com limites definidos (dos primórdios ao tempo presente do autor). Institui, mas pode-se argumentar que tais fronteiras estejam muito precariamente esboçadas para que nos ocupemos do fenômeno. Devemos considerar, então, que, no geral, as partes componentes (lugares porque espaços organizados pelo relato) da linha cronológica têm fronteiras bem determinadas: Formação, o ano de 1500 e o de 1815; Constituição, o ano de 1808 e o de 1906. A região pode ser assim definida, de maneira mais ou menos ampla, como espaço praticado, com fronteiras relativamente definidas, agregando lugares especificados ou não.

Então, o crítico opinou: "não vemos a necessidade da substituição"⁵² do termo colônia por povoamento. Luis Ferrand avaliou que o termo colonização seria mais amplo e expressivo do que povoamento e que o fato de ser vocábulo moderno não seria motivo suficiente para bani-lo. Argumentou que a anuência do critério proposto no texto de autoria de Tito Lívio implicaria a obrigação, (subentendemos constrangimento e praticamente impossibilidade) de extrair dos livros de História expressões como 'indústrias medievais', 'indústria portuguesa no século XVII', entre outros. No contexto português, segundo parecer do crítico, a palavra indústria com seu sentido contemporâneo, é termo que surge apenas no século XIX.

A proposição do crítico parece estar em aberta oposição à linha de juízos seguida por Mario de Figueiredo, José Alberto dos Reis, Duarte de Montalverde, Joaquim de Carvalho, Torquato de Sousa Soares, Pinto de Carvalho e Fernando de Castro Pires de Lima. No texto de Luis Ferrand de Almeida a região das certezas representa certa nebulosidade, pois defende aplicações, aparentemente, anacrônicas de certos termos. Argumenta que em muitos casos e, conforme teria notado o historiador Manuel Ballesteros, a conveniência impôs-se à justiça ou à exatidão, como acontece com a palavra pré-história e arte gótica, por exemplo.

Luis Ferrand de Almeida encerra sua crítica registrando que o importante não é banir as palavras, mas estudar as realidades concretas a que elas se referem e saber operar as distinções necessárias. Através da história, há colônias e colônias. Há colonizações e colonizações. Há colonização e colonialismo. O sistema português não é idêntico ao espanhol, mas esses dois estão muito mais próximos entre si do que o dos sistemas inglês e holandês. A apreensão e explicação de suas características, semelhanças e diferenças compete aos historiadores, sem que, no entanto, devam alterar constantemente o vocabulário historiográfico para o alocarem de acordo com os 'ventos' políticos que sopram sobre o mundo. Assentiu com Manuel Ballesteros quando este acentua "a necessidade de revalorizar o termo colonial". O que fazer, pois, em relação ao Brasil? Estudar com objetividade



⁵¹ Cf. FERREIRA, Tito Lívio. *História da Civilização Brasileira – 1500-1822*. São Paulo: Gráfica Biblos, 1959, p. 124.

⁵² *Idem, ibidem*, p. 344.

⁵³ *Idem, ibidem*, p. 347.

⁵⁴ SIMIQUELI, Roberto Resende. *Apoikia e Colônia: Smith e o colapso do sistema colonial britânico*. 2012. Disponível em <http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Roberto_Simiqueli_0.pdf>. Acesso em 14 maio de 2013.

⁵⁵ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, p. 201 e 202.

⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 202.

⁵⁷ BARBIERI, Greice Ane. O conceito de infinito hegeliano na Ciência da Lógica. *Revista Eletrônica Estudos Hegelianos*, v. 1, n. 16, jan.-jun. 2012, p. 61.

⁵⁸ Cf. CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: TORRAL, Luís Reis *et al* (orgs.), *op. cit.*, p. 579.

a colonização portuguesa, sem receio de palavras tabus, mas também sem atitudes ou intenções mais próprias de qualquer comissão para a abolição do colonialismo do que de um verdadeiro historiador.⁵³

Será interessante, para a nossa reflexão, a discussão baseada nas especulações de Adam Smith. Parece que a proposição feita por este autor encontra-se na base do conceito de colônia em perspectiva da história política e econômica. Assim, afirma-se que o termo grego para colônia é *apoikía* (ἀποικία) designando “separação de moradia, uma partida de casa, uma saída de casa”; enquanto a Colônia romana “representa simplesmente uma colonização”.⁵⁴ O termo colônia vem do latim e designa o estabelecimento de grupos de romanos, geralmente para fins agrícolas, fora do território de Roma. É preciso então, considerar que a colônia situa-se fora do território, como um posto avançado, mas é uma parte por conta da relação que se estabelece entre ela e a metrópole, a cidade mãe.

A crítica e a constituição das regiões

A revista *Brasília* também pode ser considerada como uma região. Relembremos a distinção ‘certoniana’ para delimitar nosso campo de reflexão. Lugar “é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência (...) é, portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade”.⁵⁵ A leitura, no entanto, sendo também uma operação, assim como a rua definida como lugar pelo urbanista transforma-se em espaço pela ação do pedestre, igualmente, “a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos — um escrito”.⁵⁶ *Brasília* é uma região de leitura, porque os críticos ali publicam suas impressões, de tempo e de espaço. Iniciou sua publicação no ano de 1942; relembremos que cerca de vinte meses haviam se passado desde as festividades centenárias. Podemos considerar que o olhar para a produção intelectual brasileira estruturou-se, inicialmente, nos pressupostos básicos da “política do espírito” de António Ferro e sob o clima das comemorações do Duplo Centenário, 8º Centenário da Fundação (1140) e do 3º da Restauração de Portugal (1640).

O centenário, assim como o tempo de Portugal, ou seja, a história desse país representa parte (são regiões) do tempo: contado numérica e cronologicamente e da história universal. Trata-se de certo recurso compreensivo, por assim dizer didático, uma vez que a totalidade temporal (tempo infinito-eternidade) são fenômenos do jogo compreensivo.

Algumas das reflexões hegelianas nos podem ajudar, aqui, a estabelecer relações entre infinito, limite, território e região. Hegel nos faz pensar a finitude como algo inalcançável e sempre repostado pelo próprio finito. Uma parte da solução filosófica para o problema de que o delimitado, o regionalizado, como que desaparece na visão da totalidade

Está no fato de que todo algo, apesar de seus limites, muda. Mas, se ele continua sendo este algo, seus limites, de certa forma tornaram-se mais ‘elásticos’. O limite que antes era a ‘linha’ que delimitava o ‘território’ do algo perante seu outro, quando é visto sob o aspecto da mudança na sua qualidade, torna-se, então, um obstáculo, uma barreira... Nesse mesmo sentido colocar-se-á o finito: seu limite é o infinito, mas, de algum modo, o infinito, então, está presente no finito uma vez que este tem sua barreira naquele. ‘A negação do finito é a afirmação do infinito’.⁵⁷

Pode-se dizer que, de certo modo, a afirmação da colônia representa a negação da Metrópole, assim como a negação da totalidade pode ser a afirmação da parte/região. Fernando Catroga afirma que o consenso favorável ao Estado Novo salazarista foi criado, entre os intelectuais portugueses, através de discursos em defesa do colonialismo e do culto à pátria. Do ponto de vista lógico, não haveria nenhuma contradição nesse tipo de raciocínio.⁵⁸ Colônia segue como noção greco-romana, a nosso modo de ver mais romana do que grega, porque o nome é romano. É grupo estabelecido fora de certo território imperial, mas posto que é realidade em mutação, pode ser considerada como parte e, portanto, região do mesmo domínio.

Nos primeiros anos de sua existência, a revista *Brasília*, na secção destinada às críticas, deu visibilidade à parte da produção intelectual brasileira resultante das comemorações do Duplo Centenário. As críticas demonstram como os critérios utilizados pelos intelectuais ligados à Faculdade de Letras em Coimbra, para ler a produção intelectual brasileira, organizam lugares e constituem regiões. Trata-se do movimento de compreensão que vincularemos à “política do espírito”. Segundo Catroga, tal ideário implicava o propósito de que “a cultura portuguesa teria de ganhar formas de espetáculo e de monumentalidade, pois tanto seria necessário ajudar os portugueses a descobrirem Portugal, como os estrangeiros a compreendê-lo e admirá-lo”.⁵⁹ Consideramos, em outros estudos, que a “política do espírito” não era somente apoio às formas de expressão. Eram, também, controle e combate ostensivo ao desvio. O controle do Estado corporativo, tendo parte da intelectualidade como seu suporte, fazendose presente em Portugal e, vigiando, igualmente a produção destinada ao Brasil,⁶⁰ às colônias e à Europa.

No Brasil, a intelectualidade investia em outras reflexões, criava novas ‘regionalidades’ que extrapolavam a discussão das origens e do passado comum. Tratava-se de produzir obras que possibilitassem a “compreensão das nossas cousas e do nosso povo”, de pensar e definir o Brasil como totalidade.⁶¹ Estava em movimento a atitude de que era preciso “conhecer o Brasil”, o que significava um duplo movimento: compreender sua história e também sua produção historiográfica para então investi-la de um novo tratamento, operar com novas abordagens, juntar o pertinente para então olhar o passado com outros olhos.⁶²

João Alberto dos Reis em suas críticas aos textos de Francisco Campos parece haver detectado certa reconfiguração do que representava uma região constituída, a esfera da tradição jurídica comum que seria patente na relação Portugal, Brasil e as colônias portuguesas. José Veridiano Pina Martins considerou o texto de Campos escrita duvidosa da história. Jogou com a temporalidade (futuro e passado), colocando o Brasil em ambos os tempos. Pareceu-nos uma espécie de contradição temporal atenuada por meio da sobreposição de duas regiões geograficamente separadas por um oceano: Portugal e Brasil. Joaquim de Carvalho, é autor que discutiu a questão das certezas históricas diante das questões levantadas por Afrânio Peixoto a respeito dos escritos de D. Francisco Manuel de Mello. Tal concepção da disciplina, que também chamamos de região das certezas, era expressa na política do Estado Novo português e na Academia Portuguesa de História, entidades que propunham como vimos, a “definição da verdade no interesse nacional”.

Trata-se de um espaço delimitado pela religião, pela nação, pela lei, pelo costume e pelo comprometimento Torquato de Sousa Soares utiliza a

⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 584.

⁶⁰ Em todo percurso da revista (1942-1968) não existe nenhuma crítica ou comentário feito aos livros de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, autores, respectivamente, dos títulos *Raízes do Brasil*, *Casa Grande e Senzala e Formação do Brasil Contemporâneo*. Esses intelectuais não ocuparam espaço no Instituto de Estudos Brasileiros e tampouco na revista *Brasília*. Única exceção, Gilberto Freire aparece na revista, em 1952, em artigo intitulado “Em torno de um novo conceito de tropicalismo” e, em 1965, há menção a um curso ministrado no Instituto de Estudos Brasileiros e uma nota sobre o título de doutor *honoris causa* a ele concedido pela Universidade de Coimbra.

⁶¹ Podemos citar os seguintes trabalhos: Nelson Werneck Sodré, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, seguido de *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, sob a direção de Rubens Borba de Moraes; *Coleção Brasileira*, dirigida por Américo Jacobina Lacombe, que lançou, em 1949, o livro *Teoria da História do Brasil*, de José Honório Rodrigues, direcionado à formação de historiadores e professores; prefácio à 5 edição de *Raízes do Brasil*, feito por Antonio Candido de Mello e Souza e, finalmente, o artigo de Sérgio Buarque de Holanda publicado no jornal *Correio da Manhã*, em 1951, intitulado O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos.

⁶² FRANZINI, Fábio e GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Raquel *et al.* (orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 113-115.

noção de região no âmbito do político e do geográfico ao argumentar que Portugal encontrou o Brasil como uma colônia e deixou-o como nação. A noção de uma imensa região que se estende sobre o oceano, adquire forma nas críticas de Pinto de Carvalho. A região configura-se como a estrutura capitular de um livro em que o Brasil colônia representa um dos capítulos. A unidade regional Brasil-Portugal se daria também no âmbito da cultura, fenômeno sustentado no cristianismo, segundo as proposições críticas de Fernando de Castro Pires de Lima. A constituição da região a partir do conceito de colônia se dá por meio da crítica de Luis Ferrand de Almeida, pois Tito Lívio Ferreira havia elaborado uma proposta nova de divisão para a História do Brasil, sem o termo colônia. O crítico português parece contradizer, principalmente a Joaquim de Carvalho, por defender uso de expressões, que pode transparecer anacrônicas em certos contextos. A proposta de Almeida nos leva a considerar que uma colônia, ainda que na acepção mais original do termo — a latina — significa um espaço localizado fora da área geográfica de um império. Isso implica que não poderia ser considerada como região, no sentido que temos aqui utilizado. Mas, na perspectiva histórica, ou seja, visto que os fenômenos estão sempre em movimento, podemos considerar uma colônia como uma região de abrangência do império. Podemos dizer que o estudo das críticas presentes na revista *Brasília* demonstrou como os critérios utilizados pelos intelectuais ligados à Faculdade de Letras em Coimbra, para ler a produção intelectual brasileira, organizam lugares e constituem regiões.



Artigo recebido em novembro de 2013. Aprovado em janeiro de 2014.